

## Tesouro paga dívida de Estados de R\$ 328 milhões

Por Fábio Pupo | De Brasília

O Tesouro Nacional informou que a União teve que pagar R\$ 328,13 milhões em dívidas garantidas de entes subnacionais em agosto, sendo R\$ 189,46 milhões relativos a inadimplências do Estado do Rio de Janeiro, R\$ 2,79 milhões de Roraima e R\$ 135,88 milhões de Minas.

No acumulado do ano, o total chega a R\$ 2,825 bilhões - sendo que os débitos da administração fluminense representam 77% do montante (ou R\$ 2,175 bilhões).

Apesar da situação, o Rio de Janeiro não está impossibilitado de contratar novas operações de crédito com garantia da União porque firmou com a administração federal no ano passado sua entrada no regime de recuperação fiscal dos Estados.

Pelo acordo, o governo concedeu suspensão temporária de pagamentos ao Tesouro de empréstimos firmados no passado em troca de medidas de ajuste fiscal.

Por outro lado, estão impedidos de contratar novas operações de crédito com a União (por causa de atrasos de pagamento e honras da União) os Estados de Minas Gerais, Piauí, Roraima, Amapá, Goiás, Rio Grande do Norte e Roraima. Também estão sob efeito da medida os municípios de Natal (RN), Belford Roxo (RJ) e Chapecó (SC).

Como garantidora de operações de crédito, a União é comunicada pelos credores de que o Estado ou município não realizou a quitação de determinada parcela do contrato. O Tesouro Nacional (que representa a União), então, informa o mutuário da dívida para que se manifeste quanto aos atrasos nos pagamentos e, caso o ente não cumpra suas obrigações no prazo, paga os valores em questão.

Após a quitação, exceto nos casos em que houver algum bloqueio judicial, a União inicia o processo de recuperação de crédito por meio da execução das contragarantias previstas em contratos com Estados e municípios. Sobre as obrigações em atraso incidem juros, mora e outros custos operacionais.

## União arca com dívidas de R\$ 328 milhões de estados

Como garantidor de empréstimos de entes da federação, Tesouro é obrigado a cobrir atrasos

ELIANE OLIVEIRA

A União teve de arcar no mês passado com o pagamento de R\$ 328,13 milhões em dívidas atrasadas contraídas por estados brasileiros com garantia do governo federal. Desse total, R\$ 189,46 milhões foram débitos do Rio de Janeiro, R\$ 135,88 milhões de Minas Gerais e R\$ 2,79 milhões de Roraima, informou ontem a Secretaria do Tesouro Nacional.

De janeiro a agosto deste ano, a União já assumiu R\$ 2,82 bilhões em dívidas de estados e municípios, dos quais a maior parte, R\$ 2,17 bilhões, são do Rio. O segundo maior valor foi registrado por Minas Gerais (R\$ 553,15 milhões). Como garantidor de operações de crédito de estados e municípios, o Tesouro é comunicado pelos credores quando não há pagamento de determinada parcela do contrato. Se o ente não

quita a prestação, a União tem de honrar o pagamento.

A partir de então, o devedor é notificado pelo governo federal, que inicia o processo de ressarcimento ao Tesouro por meio de descontos nos repasses do Fundo de Participação de Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ao longo do ano passado, no entanto, decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) impediram a execução das contra garantias do Rio de Janeiro, que está mergulhado numa grave crise financeira.

Como o estado aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal, ele agora pode contratar operações de crédito com o aval da União mesmo ainda estando inadimplente. Já Minas Gerais está impedido de contrair financiamentos garantidos pelo Tesouro até 8 de agosto de 2019. Esse também é o caso de Roraima. Já o Piauí está bloqueado até 23 de julho de 2019.

**CONJUNTURA »****União permutará imóveis**

» HAMILTON FERRARI

O Ministério do Planejamento quer identificar interessados em trocar imóveis com a União. A pasta ofereceu oito terrenos avaliados em R\$ 390 milhões para fazer permuta com a iniciativa privada. A troca vai favorecer o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU). O órgão precisa de um edifício com área útil mínima de 14,7 mil metros quadrados e área construída de 29,5 mil, o que seria suficiente para alojar 1.460 servidores e terceirizados da CGU.

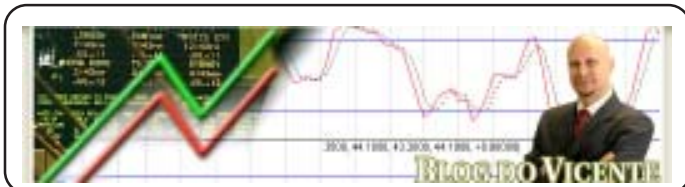
A pasta publicou ontem o chamamento público no Diário Oficial da União. Tanto empresas quanto pessoas físicas podem participar do processo de troca. Caberá à CGU avaliar os terrenos oferecidos. Para concretizar a troca, a União vai entregar o número de terrenos que for correspondente ao valor do imóvel selecionado.

Dos oito imóveis ofertados pela União, quatro ficam no Setor de Autarquias Norte (SAUN), três no Setor de Habitações Individuais Sul (SHIS) e um no Setor de Garagens

Oficiais (SGO). As áreas dos terrenos variam de 633 a 9,6 mil metros quadrados e os preços individuais de R\$ 1,55 milhão a R\$ 174 milhões.

Os participantes devem se manifestar até 19 de outubro, das 9h às 12h, e das 14h às 17h, no setor de protocolo da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) — vinculada ao Ministério do Planejamento —, localizado no Bloco C, térreo, sala 7 da Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Ao apresentar a proposta, é necessário informar o valor do imóvel ofertado, com a metodologia do cálculo demonstrada, “por parecer emitido por profissional habilitado, acompanhado de documentos constantes do edital e anexos, disponíveis no site [www.imoveis.planejamento.gov.br](http://www.imoveis.planejamento.gov.br).

Os valores apresentados serão avaliados pela Caixa Econômica Federal. A autorização para alienação de imóveis da União por permuta está prevista na Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998. Caso o interessado tenha dúvidas, pode encaminhar e-mail para [vendaspu@planejamento.gov.br](mailto:vendaspu@planejamento.gov.br).



### **União oferece oito terrenos para troca no Distrito Federal**

HAMILTON FERRARI

O Ministério do Planejamento quer identificar interessados em trocar imóveis com a União. O governo federal ofereceu oito terrenos — avaliados em R\$ 390 milhões — para fazer a permuta. A pasta convocou um chamamento público, que foi publicado na manhã desta segunda-feira (17/9) no Diário Oficial da União.

A troca vai favorecer o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU). O órgão precisa de um edifício com área útil mínima de 14,7 mil m<sup>2</sup> e área construída de 29,5 mil m<sup>2</sup>, o que seria suficiente para alojar 1.460 servidores e terceirizados da CGU. Empresas e pessoas físicas podem participar do processo de troca. Caberá a CGU avaliar os terrenos oferecidos. A União vai entregar o número de terrenos que for correspondente ao valor do imóvel selecionado.

Os participantes devem se manifestar até o dia 19 de outubro, das 9h às 12h, e das 14h às 17h, no setor de protocolo da SPU, localizado no Bloco C, térreo, sala 7 da Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Ao apresentar a proposta, é necessário informar o valor do imóvel ofertado, com a metodologia do cálculo demonstrada, “por parecer emitido por profissional habilitado, acompanhado de documentos constantes do edital e anexos, disponíveis no site [www.imoveis.planejamento.gov.br](http://www.imoveis.planejamento.gov.br)”.

Os valores apresentados serão avaliados pela Caixa Econômica Federal. A autorização para alienação de imóveis da União por permuta está prevista na Lei 9.636 de 15 de maio de 1998. Pedidos de informações adicionais e dúvidas devem ser encaminhados à SPU pelo e-mail [vendaspu@planejamento.gov.br](mailto:vendaspu@planejamento.gov.br).